 9––

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**

###### COMISSÃO ESPECIAL PARA APURAR POSSÍVEIS CONFLITOS, OMISSÕES EDIVERGÊNCIAS NAS AÇÕES DESEMPENHADAS PELOS ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS FRENTE À CATÁSTROFE DAS CHUVAS EM JANEIRO DE 2011, BEM COMO FORNECER MEIOS PARA QUE SEJAM VENCIDOS OS DIVERSOS OBSTÁCULOS ENCONTRADOS ATÉ O MOMENTO, A FIM DE EVITAR NOVAS OCORRÊNCIAS.

(ATO ME LEG 01/2013)

**ATA DA 23ª REUNIÃO**

Aodécimo sextodia do mês de dezembrodo ano de dois mil e quatorze, na Salados Vereadores da Câmara Municipal de Petrópolis, às 14horas e 30 minutos, reuniu-se a COMISSÃO ESPECIAL PARA APURAR POSSÍVEIS CONFLITOS, OMISSÕES E DIVERGÊNCIAS NAS AÇÕES DESEMPENHADAS PELOS ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS FRENTE À CATÁSTROFE DAS CHUVAS EM JANEIRO DE 2011, BEM COMO FORNECER MEIOS PARA QUE SEJAM VENCIDOS OS DIVERSOS OBSTÁCULOS ENCONTRADOS ATÉ O MOMENTO, A FIM DE EVITAR NOVAS OCORRÊNCIAS, constituída através do ATO ME LEG 01/2013.Estevepresente à reunião o vereador membro: Silmar Fortes – Presidente.Também estiveram presentes: Helena Freitas, assessora do Vereador Silmar Fortes;Rafaela Facchetti, Engenheira e Assessora desta Comissão; Karina Brandão de Castro, analista e representante do Ministério Público Federal; Adacto Ottoni, representante do CREA-RJ; Zilda Jannuzzi Veloso, Promotora de Justiça do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro; Francine Pinheiro, representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH); Walter Martins Câmara Junior, representante do Inea; Rolf Dieringer, representante daFrente Pró-Petrópolis (FPP); Fernando Pereira, morador da comunidade;e Lorena de Medeiros Silva, estagiária do Departamento Legislativo desta Casa.O Senhor Presidente, Vereador Silmar Fortes, declarou abertos os trabalhose passou a palavra para Rafaela, para que ela fizesse a apresentação do Relatório de 2014 desta Comissão. Rafaela fez uma apresentação em *slides* projetados exibindo informações do Relatório. Em sua apresentação, Rafaela comentou a respeito da visita feita à Fazenda São Joaquim, onde foram visualizadas voçorocas e o início do reflorestamento dessas. Ela disse que no local foi apresentado à Comissão um projeto de remoção de eucaliptos e aproveitando o ensejo foi pedido o projeto de Reflorestamento propriamente dito, apesar de, aparentemente, o Ministério Público possuir cópia. Rafaela informou que nenhuma providência foi tomada no Condomínio Marília Cápua a respeito das voçorocas presentes lá. Rafaela disse que devido a denúncias recebidas e aos problemas apurados quanto à habitação e ao Aluguel Social, tanto do município quanto do Estado, foi instaurada nesta Câmara uma CPI a esse respeito, sendo o Relatório da aludida CPI encaminhado ao Ministério Público. Rafaela disse que as obras no Vale do Cuiabá e na bacia do rio Santo Antônio em 2014 ficaram paradas por diversos motivos, como por exemplo, falta de verba ou por estarem aguardando autorização da Caixa. Segundo ela, as obras de alargamento das calhas somente em alguns trechos dos rios são piores do que não fazer obra nenhuma. Rafaela informou que as obras do condomínio Marília Cápua foram entregues em2014 e que os moradores informam estar contentes, mas existem muitas intervenções, feitas pelos próprios moradores,em encostas, como plantação de mudas e bananeiras, que são preocupantes quanto à desestabilização da encosta plantada.Segundo ela, foi solicitada instalação de para-raios nesse condomínio para proteção das casas. Rafaela informou que durante a visita foi constatada a presença de somente um para-raio que, possivelmente, foi instalado para proteger um orelhão e a linha telefônica. Segundo Rafaela, foram avistadas, nessa visita, placas de grama que não se aderiram corretamente ao talude, pondo em risco o terreno, e a drenagem do condomíniocontinua sendo jogada sobre pedras e diretamente na encosta do terreno abaixo. Rafaela disse que a área do rio próxima ao ponto final no Vale do Cuiabá, quando visitada em maio deste ano, estava bastante assoreada, porém, devido a um trabalho do Inea, o mesmo local em setembro se mostrava bem menos assoreado. Para Rafaela, as pedras pequenas postas nas calhas do rio continuam sendo preocupantes apesar dos relatórios e laudos apresentados. Rafaela questionou quando a Empresa Águas do Imperador tomará alguma ação contra o lançamento de esgoto *in natura* aos rios do Vale do Cuiabá, como observado em diversas visitas ao longo de 2014. Rafaela informou que em algumas idas a campoforam visitadas as obras de construção das pontes, onde foram encontrados problemas desde o início das suas obras até a última visita quando duas pontes estavam em processo de finalização de obras. Dentre os problemas, Rafaela relatou estrangulamento de uma seção do rio, falta do licenciamento ambiental*etc*. Rafaela disse que o terreno desapropriado para construção do Posto de Saúde do Boa Esperança está abandonado e a pequena intervenção de terraplanagem, já sofreu deterioração. Com relação aos terrenos para construção de unidades habitacionais, não existe definição quanto ao destino do Terreno Cuiabá 1, posto que parece inexequível a utilização de somente4% dele; o Terreno Mosela está abandonado, sendo usado para descarte de lixo e estacionamento; o Terreno de Benfica está sendo utilizado como depósito de madeira para um comércio próximo, o que, para Rafaela, é lamentável.Rafaela disse que houve alguns resultados positivos dos trabalhos feitos no Vale do Cuiabá, como: a inclusão das famílias residentes de Área Verde no escopo de negociação do Inea; duas pontes em fase de finalização das suas obras; entrega de 50 unidades habitacionais pela SEOBRAS; cadastramento da Comunidade do Borges no Aluguel Social; início do cadastramento das famílias da Rua Otto Reymarusno Projeto Morar Seguro; Projeto de reflorestamento da Fazenda São Joaquim; asfaltamento da estrada Ministro Salgado Filho; e a alteração dos projetos executivos dos Parques Fluviais referentes ao reflorestamento das margens dos rios e diminuição da impermeabilização do solo. Rafaela finalizou sua apresentação dizendo que o trabalho foi difícil, posto que os trâmites processuais são demorados e a burocracia é complicada, mas que a Comissão teve um papel importante de fiscalização. O Senhor Presidente passou a palavra para Adacto, que disse que iria complementar alguns tópicos da apresentação. Para Adacto, o atraso das construções das pontes foi contrabalanceado pela falta de chuvas fortes que normalmente ocorreriam nesta época do ano. Segundo ele, é necessário ter acesso às licenças ambientais dos projetos, como das obras das pontes para saber se o que está sendo executado está correto e dentro da lei. Adactotambém disse que é o mesmo caso para as obras do Condomínio Marília Cápua, onde é urgente ter acesso aos estudos técnicos e licenças ambientais, pois existem indícios de problemas também para o condomínio. Para ele, o destino do esgoto dessas casas e a drenagem do terreno também são preocupantes enquanto não se tiver acesso aos projetos de ambos. Adacto disse que em relação às ações feitas pelo Inea, o objetivo atual é a sustentabilidade ambiental dessas obras, posto que as obras feitas nos rios podem acabar causando concentração de águas em diversos pontos levando a alagamentos. Adacto comentou que quanto aos trabalhos de reflorestamento e a continuidade de trabalhos de recuperação da bacia do Vale Cuiabá, é imperativa sua continuidade.Para ele, deveriam ser feitos, pelo Inea, o monitoramento de qualidade de água e a medição de vazão contínua dos rios Cuiabá, Santo Antônio e Carvão.Adacto também disse que a ideia é continuar pedindo maior reforço da mata ciliar e menor impermeabilidade dos parques fluviais, e lembrou o apoio recebido nesse sentido, advindo da Promotora Zilda.O Senhor Presidente passou a palavra para arepresentante do Ministério Público Estadual, queiniciou sua fala lamentando a ausência do Executivo Municipal e dos representantes das Comunidades neste momento, em contraponto aos dias seguintes ao desastre quando a comoção era grande. Para a Promotora, a alteração que ocorreu nos altos cargos doIneaatrapalhou o andamento, tanto das obras quanto das conversas que tinham com o Órgão. Segundo ela, o maquinário do Inea foi retirado do Vale do Cuiabá e com isso as obras da Segunda Fase não se iniciaram, restando ao Ministério Público entrar com ações judiciais, que, para ela, é seu último recurso. A Promotora disse que o Vale do Cuiabá não sofreu com chuvas fortes este fim de ano, porém sofreu diversas queimadas. Por esse motivo, a Promotora disse estar em conversa com o Secretário Estadual do Meio Ambiente que se comprometeu em realizar um sobrevooda região procurando os principais pontos para reflorestamento no Vale do Cuiabá.A Promotora Zilda informou que na ação judicial proposta pelo Ministério Público, ela,além de questionar a validade do mais recente Decreto Estadual, pede a revisão de todos os valores pagos ou a serem pagos pelas residências perdidas levando em consideração o valor de mercado. Nesse ponto, a Promotora chamou a atenção que a presença da comunidade é importante para tomar conhecimento desse fato, posto que se o Juiz acatar seu pedido a população sairia ganhando, mas não receberia, pois acabaria não buscando esse novo direito.Francine disse que a falta dos representantes das Comunidades é uma comprovação do descrédito das ações públicas e propôs que o Ministério Público Estadual fizesse uma Audiência Pública em Itaipava para buscar atingir o maior número de pessoas envolvidas. O Senhor Presidente disse que a Comissão está aberta para se reunir democraticamente e abrir novos diálogos. A representante do MPE disse que é necessária a mobilização da Comunidade às futuras audiências públicas para que o Juiz saiba que a população está inconformada com a situação vigente. Francine disse que em 20 anos de formada ela nunca viu a ‘regra mudar no meio do jogo’ como aconteceu com o novo Decreto Estadual.A Promotora Zilda disse que é importante a população acompanhar os processos como a ação contra a Prefeitura de Petrópolis, uma vez que o Senhor Prefeito fez um decreto que distribuía valores de R$5.000,00 (cinco mil reais) para população, advindas das doações feitas para atingidos pelas chuvas, porém a Prefeitura excluía os beneficiários do Aluguel Social. Segundo ela, foi percebido que a verba restante foi utilizada para outro fim e que por isso ela pediua improbidade administrativa e que o Juiz determinasse a abertura de crédito especial para que o município realize o pagamento conforme a primeira ação citada. A Promotora também informou que o Governo do Estado está licitando a obra para drenagem do terreno do Condomínio Marília Cápua que está jogando essa drenagem no terreno abaixo onde já existia uma casa construída. Segundo ela, o Inea alegou inicialmente que a drenagem estava correta e que a construção abaixo é que não deveria estar ali, entretanto a obra de drenagem é posterior a casa e, dessa forma, não faria sentido jogar a drenagem em uma casa que já existia. Com relação aos terrenos, a Promotora Zilda disse que os terrenos da Mosela e de Benfica foram doados ao município, porém o Executivo Municipal ainda não pode fazer o chamamento público; e o Terreno Cuiabá 1 é muito caro para as empresas assumirem a contenção necessária para construção de poucas unidades. A representante do Ministério Público Estadualtambém informou que já tem esboçada uma Ação para um inquérito civil sobre as pontes da região de Itaipava.Neste ponto, ela disse que as pontes sob a responsabilidade do DER estavam mais avançadasque as pontes do Inea, que ainda nem começaram as obras, e para não atrapalhar o andamento das obras do DER ela não entrou com referida ação. Para Promotora, as obras das primeiras pontes estão terminando e ela fará uma visita. Segundo ela, as Pontes sob responsabilidade do Ineadependem da liberação da Caixa. A Promotora disse que a outra ponte, que gerou certa polêmica, é a ponte do Santo Antônio da Providência que foi considerada, pelo Ministério da Integração, como ligada a um condomínio particular. Para Promotora Zilda, como a região é um loteamento não poderia ser considerado um condomínio particular e como esta ponte liga uma via pública à outra via pública, essa deveria ser reconstruída pelo Poder Público.O Senhor Presidente passou a palavra para Fernando que comentou sobre a importância de vir à presente reunião, posto que o Vereador Silmar e alguns dos presentes sempre estão no Vale do Cuiabá, desde o acontecimento da tragédia em 2011; e disse agradecer a estes pela força em perseverar nessa caminhada. O Senhor Presidente agradeceu as palavras de Fernando e passou a palavra para Rolf. Rolf disse que este é o espaço mais legítimo para reunir a População, a Sociedade Civil Organizada, o Poder Legislativo, o Ministério Público e as Entidades Técnicas. Segundo ele, enquanto não forem resolvidos os problemas ambientais, como o reflorestamento, a situação do Vale do Cuiabá continuará precária. Rolf disse que não viu nenhuma vez, em seus 30 anos de trabalho, um alerta ou sirene avisando realmente aos moradores sobre perigo iminente, mas que somente presenciou simulações. Ele reclamou da falta de políticas públicas de preservação de áreas de risco ou recuperação de áreas afetadas,mas que isto não o desanima, postoque tem visto que existem algumas iniciativas, que são extremamente produtivas, para recuperar o meio ambiente em alguns lugares do Estado do Rio de Janeiro, como ‘Os Produtores de Águas’. Um exemplo está na Bacia do Rio Guandu, no Rio Claro onde existe o Comitê de Bacias do Guandu, que já tem mais de quatro mil e quinhentoshectares em termos de preservação das encostas para haver maior captação de águas, e fizeram, nos últimos cinco anos, a recuperação de 500 hectares de mata nativa. A seguir, ele comentou sobre a região do Rio de Jacó, onde este deságua no Rio Santo Antônio, e disse que no local há uma recuperação natural da mata, entretanto essa recuperação é deficiente pela falta de políticas adequadas voltadas para prevenção de incêndios e para educação ambiental. Segundo Rolf, é necessário que asSecretarias Municipais de Agricultura, de Meio Ambiente e de Obras se reúnam e se empenhem, uma vez que já foram gastos aproximadamente 120 milhões de reais na região, que daria para fazer dez vezes mais casas do que precisava ser feito e reflorestar toda a região. A seguir o Senhor Presidente passou a palavra para o representante do Inea e Walter pediu desculpas pela falta do Gerente de Obras do Inea, engenheiro Grillo, que ficou detido em uma reunião marcada ontem pela Diretoria do Inea. Segundo ele, as obras do Inea não pararam, mas tiveram de interromper os trabalhos devido a uma determinação do Tribunal de Contas da União, para poder “relicitar” as obras. Walter disse queInea está finalizando as adequações emanadas desta Comissão, do Ministério Público e da população e dentre elas ele citou: o complemento do reflorestamento das faixas marginais de proteção e das encostas ea complementação das obras de contenção de sedimento. Segundo Walter, estes projetos, e os projetos de outras regiões, estão sendo encaminhados para Caixa Econômica Federal.A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra para Francine que disse que o grande mérito desta Comissão é que estamosaquatro anos construindo um conhecimento coletivo, e que embora seja um espaço democrático, percebe-se o quanto as instituições públicasestão frágeis. Ela disse também que trabalham como assessores jurídicos da população e acompanham a comunidade afetada desde as chuvas, e que estão usando a experiência do acompanhamento dos casosdo Vale do Cuiabá, também em outros Municípios. Francine também disse que este ano deram um salto em relação à organização popular, onde um Frei Franciscano, que trabalha com as comunidades em Teresópolis, ajudou a criar uma política de moradia através do povo. Segundo ela, em Teresópolis,eles fizeram um abaixo assinado com oito mil assinaturas pra propor um projeto de lei, e que isto foi muito satisfatório, apesar não possuírem muito apoio das instituições. Francine disse como anunciado nesta Comissão pela geógrafa Daniela do CDDH,elesrealizaram um Seminário, ao qual compareceu o Fórum Nacional de Mudanças Climáticas, e que eles ficaram impressionados com a situação da Serra. Segundo ela, os representantes desse referido Fórum se comprometeram em vir a Petrópolis no início de fevereiro, e trazer algumas autoridades acadêmicas para juntos programarem uma Campanha Nacional pelo cumprimento da legislação na Região da Serra. A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra para Karina que disse que eles têmacompanhado vários inquéritos civis e que acompanham a implementação do Programa ‘Minha Casa Minha Vida’ na cidade de Petrópolis;e o que eles observam é que o referido Programa não avança. Ela disse que é importante que essa Comissão consiga entender essa burocracia que impede o andamento do Programa‘Minha Casa Minha Vida’ de ser implementado em Petrópolis, posto que é um Programa Federal que a Prefeitura aderiu e que não consegue avançar. Segundo Karina, a Prefeitura somente dá desculpas, como por exemplo,ainda não ter feito o cadastro habitacional no Município, entretantoé sabido que essa demanda habitacional vem de muitos anos. O Senhor Presidente agradeceu a Karina, e disse que este foi um ano com muitas mudanças e que quer assumir um compromisso com o CDDH de fazer a Primeira Audiência Pública no Vale do Cuiabá, juntamente com o Ministério público. Ele também considerou que a grande dificuldade de avançar nessa demanda é devida a ausência do Executivo Municipal. O Vereador Silmar Fortes, Presidente desta Comissão, disse que irão organizar uma Audiência Pública voltada para habitação em março próximo, para serem discutidos, dentre outros tópicos, os critérios dos programas habitacionais que deveriam funcionar em nosso Município. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião às 16 horas e 05 minutos. E eu, José Carlos Eiras; Agente Legislativo e Secretário dessa Comissão, escrevi esta para constar e assinei.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_